

DA PRIMAVERA ÁRABE AO ESTADO ISLÂMICO: O CAOS HUMANITÁRIO EM MEIO AO CONFLITO NA SÍRIA

Mayara Avelino de Lima¹

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

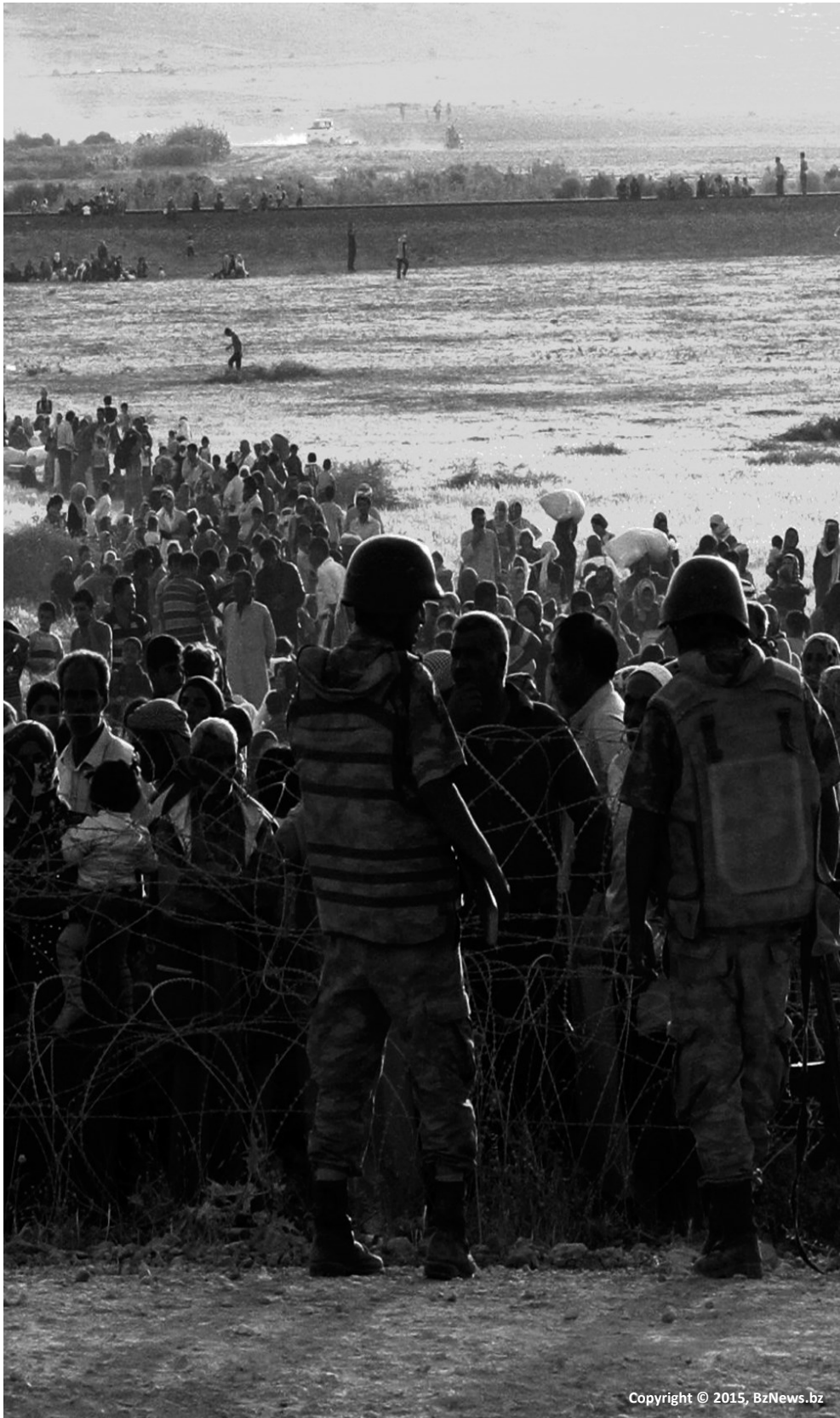
E-mail: mayaraalima28@gmail.com

RESUMO

O artigo pretende fazer um panorama sobre o caos humanitário que ocorre na Síria a partir dos eventos conhecidos como Primavera Árabe, haja vista ter sido a precursora de uma série de levantes populares no Oriente Médio que ocasionou um processo de deposição de ditaduras e busca por maior participação política e social em diversos países da região. Dentro deste contexto, iniciado com uma guerra civil na Síria, posteriormente surge um novo ator com ambições territoriais – Estado Islâmico (EI) –, que potencializa a ocorrência de uma crise humanitária com proporções inimagináveis e traz o questionamento sobre a atuação dos grandes atores nas guerras.

PALAVRAS-CHAVE

Primavera Árabe; Estado Islâmico; Guerra Civil; Direitos Humanos.



INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2010, na Tunísia, ocorreu um ato de desespero por parte de Muhammad Bouazizi, jovem de 26 anos, que acabou se autoimolando como forma de protesto contra a repressão policial e à falta de perspectiva de trabalho para a juventude árabe. Os problemas sociais, bem como a insatisfação com os regimes vigentes e a corrupção, mergulharam as regiões do Norte da África ao Oriente Médio em um processo de contestação generalizada por parte da população. Com este cenário, teve início uma série de levantes por toda região do Maghreb, Machreq e Khalij². Como apontado por Farah (2011) naquela ocasião, esses “[...] levantes árabes constituem o maior evento político internacional desde a queda do Muro de Berlim e devem modificar significativamente a geopolítica mundial” (2011, p. 46).

O espírito de insatisfação popular tomou proporções inimagináveis e, ao fim da Revolução de Jasmim³, na qual depôs Zein el-Abiddine Ben Ali, iniciaram-se protestos populares por vários países e todos visando a deposição de regimes autoritários e melhores condições de vida. Assim, a “Primavera Árabe” pode ser entendida com um movimento plural com a ocorrência de levantes locais e regionais, onde os principais países ligados à insurgência são: Egito, Líbia, Iêmen, Síria, Jordânia, Iraque, Argélia, dentre outros. Em seus diversos níveis de organização, as manifestações iniciadas no Egito – tendo como ponto central a praça Tahrir – levaram à deposição de Hosni Mubarak⁴, impulsionando, assim, a vontade de liberdade e de mudança de regime por parte dos insurgentes.

Com isso, os ventos revolucionários chegaram à Síria, onde o clamor popular por uma abertura política, somando-se às reivindicações econômicas e sociais, impulsionaram uma instabilidade regional. Por conseguinte, ocorreu a resistência de Bashar-al Assad e seus aliados contra o movimento rebelde, desencadeando numa guerra civil com proporções devastadoras, bem como o surgimento de um novo ator que emergiu dos conflitos e tem como objetivo central a recriação do califado islâmico. Desta forma, o Estado Islâmico (EI) surgiu como um grande fator desestabilizador da geopolítica regional, bem como, dos interesses internacionais que cercam o Oriente Médio desde a sua formação, ampliando, assim, a grande parcela de refugiados e aumentando a crise humanitária que envolve a região por anos.

OCIDENTALIZAÇÃO OU DEMOCRATIZAÇÃO?

O processo de democratização em regiões do Oriente Médio pode

ser relacionado ao crescente clamor por maior participação política que estava vinculado os discursos ligados à “Primavera Árabe”. O cunho social dos levantes iniciados em 2010 evidencia a necessidade “[...] de reconhecer a importância do respeito aos direitos humanos e da liberdade de expressão, pensamento e credo” (FARAH, 2011, p. 49) da Declaração Final da Cúpula da Liga Árabe proferida em 2004, onde suas tratativas elucidaram uma maior necessidade de reformas e modernização nos países árabes. Na 16ª Sessão da Conferência da Cúpula do Conselho da Liga Árabe, realizada em Túnis, reafirma-se a resolução de

[...] promover reformas e modernização em nossos países e de manter o mesmo ritmo das rápidas mudanças mundiais por meio da consolidação da prática democrática, ampliando a participação na vida política e pública, promovendo o papel de todos os componentes da sociedade civil, incluindo organizações não governamentais [...] (FARAH, 2011, p. 49)

O texto segue argumentando a necessidade da intensificação do papel da mulher na política, na economia, na cultura e na educação, apontando que a democratização da região somente será efetuada a partir da real inserção da mulher na sociedade. Porém, a ocorrência de Constituições que são discriminatórias de forma expressiva sobre os direitos civis demonstra a fragilidade dos acordos firmados na Liga Árabe, na qual o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano Árabe (RDHA), feito em 2002, já identificava a discriminação de gênero como um dos déficits a serem resolvidos pelos países árabes.

Importante constatar que nas revoltas, em 2011, a participação de mulheres foi decisiva e expressiva para a realização de manifestações na maioria dos países árabes. Nesse sentido, a cientista política, Basma Abdulghaffar, aponta que “[...] a participação popular de homens e mulheres ‘conferiu legitimidade ao processo de mudança, sobretudo porque este foi compensado pela legitimidade perdida do sistema, que às vezes deriva de fontes externas’” (apud FARAH, 2011, p. 50).

Assim, o processo de adesão de novas políticas por parte dos regimes árabes se iniciou com os movimentos árabes como a Irmandade Muçulmana. Também, deve-se considerar que algumas das demandas de cunho político-social, como a maior inserção da mulher na sociedade, bem como a maior participação de outros partidos para que ocorra a democratização do sistema político, estiveram presentes na agenda de muitas organizações que participaram das insurgências da “Primavera Árabe”. Esta peculiaridade poderia gerar uma mudança na

visão de como os árabes se organizam como sociedade. Sob essa perspectiva, Sadiq Al-Faqih aponta que

[...] acima de tudo, trata-se de um momento histórico, político e culturalmente, que revigorou no Mundo Árabe a ideia de unidade árabe, sob a liderança dos próprios povos árabes desta vez. A revolução levou às ruas uma multitude de grupos e pessoas, em todos os países árabes, e conferiu-lhe um discurso comum, que deriva sua relevância e vitalidade de uma cultura, de tradições e crenças comuns (apud FARAH, 2011, p. 51).

Este processo revolucionário ocorrido como “Primavera Árabe” pode ser considerado como uma demonstração de identidade, cujas demandas levantadas de forma aglutinadora pelo povo árabe trouxeram à tona as diferentes concepções da construção de uma democracia árabe a partir da participação ativa da população, e não de acordo com as modelações pré-estabelecidas ocidentais. Até porque, conforme Edward W. Said traz em sua reflexão sobre a democracia,

A democracia em qualquer sentido real do termo não se encontra em parte alguma do Oriente Médio ainda 'nacionalista': que são as oligarquias privilegiadas ou grupos étnicos privilegiados. A grande massa do povo permanece esmagada sob ditaduras ou governos inflexíveis, impopulares. Mas, a idéia de que os Estados Unidos sejam um virtuoso inocente nesse terrível estado de coisas é inaceitável [...] (1995, p. 370).

Desta forma, com a busca pela democratização desencadeada pelo levante popular é possível observar que apesar de suas singularidades e extrema instabilidade regional agravada pelo tempo, as transformações poderão ocorrer se respeitadas as peculiaridades culturais e o processo transcorrer de modo progressivo. Evidentemente que esses novos elementos poderiam propiciar uma nova maneira de se pensar a estrutura do Estado.

CRISE HUMANITÁRIA NA SÍRIA

A situação política na Síria apresenta-se bastante frágil no que tange a alcançar as premissas da “Primavera Árabe”, até porque, Bashar al-Assad não realizou as reformas prometidas, fazendo com que ocorres-

sem mais protestos que visavam maior participação política e liberdade de expressão. Em meio a protestos e intenso questionamento da oposição, a repressão policial, por parte de Assad, resultou em uma das mais violentas ações contra civis desarmados. A partir desse episódio, em conjunto com a oposição, iniciaram-se revoltas populares pedindo a queda de Assad. A pressão para que ocorressem reformas estava em descompasso com o processo de mudança e a lentidão das ações somente fez com que o clima de tensão aumentasse. O resultado foi as forças militares do governo reprimirem sistematicamente os rebeldes.

Segundo a imprensa, forças do governo teriam usado tanques e soldados de elite do exército em pelo menos oito cidades. Nas cidades de Deraa e Homs, tanques chegaram a atacar pessoas nos protestos. A eletricidade e meios de comunicação teriam sido cortados, as estradas bloqueadas e a presença de jornalistas e observadores da ONU proibida. Em análise do desenvolvimento do conflito, é possível inferir que um dos motivos pelo qual Assad ainda se mantém no poder reside na “forte rede de apoio em torno dele” (LYNCH apud FERREIRA; SIMONI; ROSA, 2011).

Parcela substancial dos analistas internacionais viam de forma cautelosa as tomadas de decisão por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), pois buscavam “[...] uma resolução para o conflito, em prol da segurança da população, embora os ‘avanços’ só tenham começado a aparecer depois de muitas negociações” (FERREIRA; SIMONI; ROSA, 2012). Neste cenário conturbado de terror que instaurou-se na Síria, a interferência de países ocidentais no conflito como apoiadores dos rebeldes – Estados Unidos, França e Inglaterra – ou de Assad – Rússia – transformou as iniciativas de vários organismos internacionais em um campo de fracassos sucessivos pela busca da “paz”.

Em meados de 2014, o novo ator do sistema internacional iniciou a tomada de território ao norte do Iraque, e ao leste da então Síria, já desmantelada pela guerra civil. O Estado Islâmico iniciou a construção de seu califado com grande apoio dos rebeldes sírios, ampliando a instabilidade regional e fazendo com que o mundo voltasse a atenção para a guerra que até então se restringia à região do Levante. A peculiaridade do Estado Islâmico está em sua forma de atuação. Por meio do terrorismo e táticas de guerrilha, seus opositores são atacados sistematicamente e de modo imprevisível. Esses ataques objetivam todos que se posicionam contra o EI, mesmo as populações civis do Oriente Médio e do Ocidente, como ocorreu na França, com os atentados em 13 de no-

vembro de 2015, ou nas diversas retaliações contra as minorias que habitam as regiões ocupadas pelo grupo.

Como represália, os países Ocidentais se reuniram em 19 de novembro de 2015 – no Conselho de Segurança da Organizações das Nações Unidas (CSUN) – e a França propôs “[...] uma resolução com ‘todas as medidas necessárias’ para combater o Estado Islâmico” (2015). Assim, formou-se uma coalização para sufocar o Estado Islâmico que passou a atuar em três frentes: 1) ao norte da Síria, França e seus aliados, por meio da OTAN (Tratado do Atlântico Norte), iniciam ataques contínuos na região, não diferenciando as zonas civis das zonas de guerra; 2) com o grupo curdo PKK (Partido dos Trabalhadores Curdos), atuando na região leste da Turquia, fazendo frente direto com as forças do Estado Islâmico no Iraque; e, 3) a atuação da Rússia, em conjunto com as forças armadas de Assad, ao sul da Síria para a retomada de suas regiões ao leste e ao norte iraquiano.

Com este cenário, iniciou-se um processo de precarização da vida, como apontado pelo alto comissário da ONU para Refugiados, Filippo Grandi, que, de acordo com ele, “[...] a Síria é a maior crise humanitária e de refugiados do nosso tempo, que continua causando sofrimento para milhões de pessoas e que deveria atrair o apoio de todo o mundo” (apud ONUBR, 2016). Analistas internacionais apontam que a resolução do conflito poderia ser efetuada a partir de um acordo político, porém as forças do Estado Islâmico e a dinâmica imposta pelo embate entre os atores envolvidos demonstra que dificilmente a solução dar-se-á de modo pacífico ou atendendo medida diplomática, mais propriamente, o agravamento deve continuar por muito mais tempo e talvez a solução encaminhe para imposição de medidas arbitrárias contra o EI.

Esta postura de embate sem possibilidade de negociação para a paz, transforma as zonas de guerra em áreas de grande fuga de refugiados, os quais buscam refúgio em países da Europa, que, por sua vez, restringem suas fronteiras impedindo a entradas dos refugiados e acabam por contribuir com a crise humanitária. A situação dos refugiados fica mais delicada tendo em vista que os conflitos não apresentam resolução próxima e, nesse sentido, surgem diversos riscos para a sobrevivência e manutenção de vida humana, tais como travessias perigosas em busca de abrigo, o trabalho em condições sub-humanas e a prostituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o processo revolucionário ocorrido no Oriente Médio, inici-

ado em 2010, demonstra a necessidade da inserção das demandas populares nas agendas dos governos que, muitas vezes, perpetuam tradições autoritárias. Há, para a efetivação do processo democrático, a inserção das minorias e o atendimento de suas necessidades básicas, tais como educação, oportunidade de emprego e igualdade de gênero. Esses pressupostos básicos devem ser considerados de forma expressiva por parte dos governos árabes que vierem a se formar. No entanto, deve-se ressaltar que o resultado dos movimentos revolucionários desencadeou guerras civis e, no que tange à Síria e Iraque, o surgimento de um ator que apresenta uma agenda específica e que propõe uma ruptura com a estrutura de poder e geopolítica do Oriente Médio. Assim, é indispensável considerar que o processo que levou à crise humanitária na Síria vem do descaso dos atores em relação às questões sociais envolvidas nas guerras, tendo sido agravada pela falta de políticas eficientes aos refugiados nos territórios escolhidos para a emigração forçada. É evidente que, dessa maneira, a presença Ocidental que ampliou as proporções do conflito, agora não assume o ônus da guerra civil instaurada e da crise dos refugiados que avassala a região.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Aline de Oliveira. Três anos de Primavera Árabe: agendas e cenários. **Mundorama**, 2013. Disponível em <<http://www.mundorama.net/2013/12/02/tres-anos-de-primavera-arabe-agendas-e-cenarios-por-aline-de-oliveira-alencar/>>. Acesso em 26 de agosto de 2016.
- _____. Primavera Árabe: origens, atores e dinâmicas. **Mundorama**, 2013. Disponível em <<http://www.mundorama.net/2013/10/10/primavera-arabe-origens-atores-e-dinamicas-por-aline-de-oliveira-alencar/>>. Acesso em 27 de agosto de 2016.
- FARAH, Paulo Daniel. A Primavera Árabe no Machreq, Maghreb e Khalij: motivações e perspectivas. **Política Externa**. Vol. 20, nr. 1, 2011.
- FERREIRA, Marília Aquino; SIMONI, Felipe Madureira; ROSA, Sílvia Azevedo. **Primavera Árabe e as proporções do conflito interno na Síria**. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2012/11/09/primavera-arabe-e-as-proporcoes-do-conflito-interno-na-siria/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2016.
- LIMA, Marcos Costa. O humanismo crítico de Edward W. Said. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, (73), 71-94. 2008. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000100004>>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.
- MAGALHÃES, Lia. **Estado Islâmico: entenda a origem do grupo**. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entenda-origem-do-grupo>>. Acesso em: 25 de agosto

de 2016.

ONUBR. **Cinco anos de conflito na Síria: crise de refugiados e deslocados clama por solidariedade.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cinco-anos-de-conflito-na-siria-crise-de-refugiados-e-deslocados-clama-por-solidariedade/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

SAID, Edward. W. **Humanismo e crítica democrática.** São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

Notas

¹ Bacharelada do oitavo semestre do curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA. Pesquisadora do Grupo de Análise Estratégica—Oriente Médio e África Muçulmana (GAE-OMAM).

² Divisões regionais do norte da África e Oriente Médio.

³ Sucessão de manifestações insurrecionais ocorrida na Tunísia de dezembro de 2010 a janeiro de 2011, onde levou à saída do presidente da República, Zine el-Abidine Ben Ali, que ocupava o cargo desde 1987.

⁴ Militar e político egípcio, que ocupou o cargo de presidente da República Árabe do Egito.